

O ECONOMISTA ARAÚJO CORREIA

Barlos Bastien (^{*})

Introdução

1. José Dias de Araújo Correia nasceu em 1894, em Fratel (Castelo Branco), e faleceu em 1978. Embora engenheiro de minas por formação académica e administrador da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência da Caixa Nacional de Crédito de profissão, foi no terreno das ideias económicas, e em particular enquanto criador de ideologia do desenvolvimentismo português, que a sua acção pública assumiu relevo (¹). Este facto não passou, aliás, despercebido a diversos autores que se referiram sua obra, embora em termos muito sumários (²).

Essa intervenção pública, que foi longa e persistente, desenvolveu-se brevemente a partir de posições institucionais que ocupou em diversos órgãos aparelhos de Estado. Regressado a Portugal, após completar em Liège e Londres a sua formação académica, é, ainda na década de 1920, nomeado Ministro do Comércio e Comunicações do Gabinete presidido por Vicente de

(^{*}) Assistente no Instituto Superior de Economia e membro do Gabinete de História Económica Social.

(¹) Os dados de natureza biográfica foram colhidos em *Quem é Alguém*, Lisboa, 1947, 230-231; ainda na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III, p. 98; vol. XXXVIII (apêndice), p. 480, e vol. I (atualização), p. 523, Lisboa/Rio de Janeiro, s. d., e, finalmente, nos *Anais Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (X Legislatura)*, 1.ª sessão legislativa, 1969-1970, (Lisboa, 1971, p. 322.

(²) Referimo-nos designadamente a F. Pereira de Moura, que numa passagem do seu estudo «Itinário ou crescimento da economia portuguesa?», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 26, Abril/Junho de 1956, p. 131, observava que «o engenheiro Araújo Correia é, talvez, o primeiro entre os nossos economistas de renome a tentar divulgar a ideia de que o desenvolvimento económico exige uma visão integral do sistema e, portanto, uma programação ou planeamento». Xavier Pintado considera-o um dos autores de «apelos que [...] surgiram a traçar-nos o Sdrc da nossa situação real no domínio do desenvolvimento económico», em «O esforço de desenvolvimento económico em Portugal e nos países da Europa Meridional», in *Revista do Gabinete Estudos Corporativos*, n.º 33, 1958, pp. 7-8. Também Armando Castro, num artigo intitulado «Industrialização e Desenvolvimento», notava «que Araújo Correia um dos técnicos que se preocuparam com os problemas económicos», in *Estudo de Economia Teórica e Aplicada*, 2.ª edição, Lisboa, 1977, pp. 302-303. No mesmo sentido já apreciação de Jofre Amaral Nogueira num estudo intitulado «O desenvolvimentismo português», publicado na *Seara Nova*, n.º 1525, Novembro de 1972, pp. 21-32.

Mais recentemente, num estudo sobre «A lei de reconstituição económica e a sua execução», de A. Nunes e N. Valério, referia-se ser aquele autor portador de «outra mentalidade, que aborda problemas de um ângulo basicamente económico e não financeiro», in *Estudos de Economia*, n.º 3, Abril-Junho de 1983, p. 335.

«Freitas (3). Essa sua breve, e única, passagem pelo Governo não fica no entanto assinalada por qualquer facto relevante. Será mais tarde, em 1934, que surgirá como figura de relevo no 1.º Congresso da União Nacional.

Aí, na sessão de abertura, pronuncia um discurso onde traça algumas das linhas mais gerais da política, designadamente a económica, que preconiza para o Estado Novo, ao mesmo tempo que repudia vivamente o liberalismo económico e político e o socialismo enquanto vias de solução dos problemas económicos e sociais do mundo contemporâneo e aprova expressamente as experiências autoritárias então em curso na Europa. Dirá: «O fascismo na Itália, o hitlerismo na Alemanha, a própria revolução pacífica em evolução em Portugal, são reacções espontâneas do sentimento de povos que desejam alargar os resultados, até às classes menos protegidas, do progresso económico das últimas décadas. Nem as democracias nem os próprios socialistas souberam proteger o proletariado.» (4)

Depois será deputado à Assembleia Nacional desde a primeira legislatura até à dissolução deste órgão com o 25 de Abril. É nessa qualidade, paradoxalmente, que produz as principais peças onde se manifesta o seu ideário desenvolvimentista. Preside, durante décadas, à Comissão de Contas e nessa qualidade elaborará e relatará os *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado* a que em apêndice acrescentará interessantes estudos (com regularidade até 1955 e ainda pontualmente em 1961 e 1962), boa parte dos quais ocupando-se do reconhecimento das condições e possibilidades de acelerar o crescimento da economia portuguesa.

Para além deste aspecto a sua acção parlamentar é relativamente pouco intensa e sobretudo pouco eficaz, resumindo-se a uma ou outra iniciativa legislativa, com destaque para o projecto de *Lei de Reconstituição Económica*, alternativa à proposta governamental (5), e a alguns discursos, quase todos versando matérias económicas, em que por regra se mostra moderadamente crítico dos pontos de vista governamentais, e isolado.

Ao contrário do que alguns dos dados aqui referidos poderiam sugerir, Araújo Correia não foi nem figura de proa nem ideólogo de serviço do Estado Novo. Com este partilhou sobretudo o apego às soluções globais antidemocráticas. Em muitos outros aspectos, sobretudo em questões económicas, assumiu-se como um crítico das soluções prosseguidas pela ditadura, mas um crítico que jamais questionou a legitimidade do regime e que jamais se ligou à oposição democrática. Esta situação, acrescida do facto de gozar de prestígio como economista, mesmo entre alguns círculos oposicionistas (6), tê-lo-á feito uma figura tolerada, mas não propriamente

promovida pelo regime. É de notar que as suas recomendações mais importantes não são consideradas e as próprias posições institucionais que ocupa na hierarquia dos diversos aparelhos políticos ou administrativos do Estado Novo são relativamente modestas (7).

É ainda de notar que a sua situação pessoal ilustra de certo modo uma constante da história do Estado Novo que consiste no afastamento dos postos dirigentes mais importantes de todos os ideólogos, ou candidatos a tal, ou, de modo mais geral, dos que de algum modo estivessem em condições de ameaçar o quase-monopólio da criação doutrinária detido, no seio do regime, por Salazar.

Para se compreender a base institucional da intervenção pública de Araújo Correia é ainda interessante referir que participa da direcção do Centro de Estudos Económicos, criado pelo Governo junto do INE, e que foi o primeiro organismo do género a surgir entre nós. No entanto, este Centro parece ter tido um papel relativamente modesto no esclarecimento dos problemas económicos nacionais e mais modesto ainda no propalado objectivo de «orientar o Estado a respeito da eficiência das medidas por ele tomadas e fixar os limites da sua intervenção útil» (8). Araújo Correia, pelo seu lado, colabora episodicamente com algumas crónicas económicas nos primeiros números da revista publicada por este Centro, depois afasta-se. Participa também na Comissão de Estudos Económicos criada pela Associação Industrial Portuguesa em 1948 (9), mas também aí parece não haver, da sua parte, nada de particularmente relevante a assinalar.

Mais tarde, em 1955 e 1957, quando da realização dos 1.º e 2.º Congressos dos Economistas Portugueses, que a seu modo traduziam um movimento de crescente atenção dada aos problemas de natureza económica por parte de diversos sectores da sociedade portuguesa, Araújo Correia está já na fase descendente da sua carreira. No 1.º Congresso, embora presente, quase não participa nos trabalhos, e no 2.º apenas intervirá na sessão de encerramento.

de Araújo Correia, outros adoptam posição claramente favorável. É o caso, e a título de exemplo, do comentário relativo aos pareceres sobre a *Conta Geral do Estado de 1948*, ali publicado, onde o comentador se refere a Araújo Correia como «tratadista que tem encarado proficientemente os nossos problemas e delineado as suas soluções», vol. III, fasc. II, 1950, p. 109.

(7) É de notar que Araújo Correia não participa nos diversos governos, não assume responsabilidade directa nos organismos responsáveis pela planificação económica por que tanto se bateu, e, mesmo na União Nacional, não tem acção relevante após o 1.º Congresso.

É ainda sintomático que alguns dos principais dirigentes da ditadura, que o 25 de Abril transformou em historiadores-cronistas do Estado Novo, casos de M. Caetano e A. Franco Nogueira, entre outros, ignorem quase totalmente a acção de Araújo Correia.

(8) Do discurso proferido pelo presidente do conselho orientador do centro, Ruy E. Ulrich, na respectiva sessão inaugural e reproduzido na *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, p. 19.

(9) Citado em nota inserta na *Revista de Economia*, vol. I, fasc. I, Março de 1948, p. 37.

(3) Ministro do Comércio e Comunicações entre 11 de Junho e 10 de Novembro de 1928. Foi ainda interinamente, por dois dias, Ministro da Agricultura entre 16 e 18 de Julho de 1928.

(4) *Directrizes Económicas do Estado Novo*, Lisboa, 1934, p. 16.

(5) Cf. A. Nunes e N. Valério, artigo citado, pp. 334-335.

(6) Isso se verificará nas páginas da *Revista de Economia*, publicação claramente identificada com a oposição ao salazarismo, onde, a par de alguns comentários menos favoráveis a obras

Aí produz um discurso ⁽¹⁰⁾ onde mais uma vez acentua a necessidade de intensificar a industrialização da economia portuguesa, onde mais uma vez dirige as suas críticas à ineficiência da Administração Pública e à falta de capacidade de sectores empresariais, e onde expressamente assume a sua condição de ideólogo do desenvolvimentismo português — «há tantos anos [que tenho] procurado despertar no País o interesse pela inadiável e cada vez mais urgente obra de renovação económica» ⁽¹¹⁾. Este é praticamente o último momento importante em que de forma sistematizada expõe as suas concepções, e constitui o seu passar de testemunho a uma nova geração de ideólogos do desenvolvimentismo, entre nós. Daqui para a frente será sobretudo a vez dos economistas de formação keynesiana.

As conjunturas teórico-ideológicas

2. A produção intelectual de Araújo Correia não pode deixar de reflectir na sua estrutura interna, e para além naturalmente dos aspectos formais, os condicionalismos de natureza social e institucional em que é produzida, e que lhe conferem o seu sentido último e mais geral ⁽¹²⁾.

Para além dessas determinações mais gerais, outras existem em resultado da própria individualidade do seu autor. Da sua articulação resulta uma obra que se vai estruturando e definindo ao longo do tempo, através de certas fases, certas conjunturas (neste caso individualizáveis basicamente de acordo com um critério de pólos de interesse temáticos e ainda de acordo com a forma de inserção do autor nas instituições envolventes) que tomadas na sua globalidade revelam as ideias mestras, os traços basilares do pensamento.

Consideremos assim as 5 fases em que se compõe a obra de Araújo Correia.

2.1. Uma primeira fase decorre entre 1917 e 1927, período em que publica os seus primeiros textos, caracterizados por uma certa dispersão temática, e dos quais apenas um versa matéria especificamente económica. A maioria desses

⁽¹⁰⁾ «Discurso do Engenheiro José de Araújo Correia em nome do Centro de Estudos Económicos», publicado na *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 20, pp. 97-106.

⁽¹¹⁾ Artigo citado, p. 98.

⁽¹²⁾ A inventariação de dados de natureza institucional, a que procedemos em n.º 1 sofre de uma dupla simplificação, imposta pela fraca extensão deste estudo:

- a) Não se referiram, e não se referirão a não ser pontualmente, as condicionantes de ordem mais geral que sustentam a obra de Araújo Correia. Será o caso da estrutura classista da sociedade portuguesa de então, das próprias estruturas económicas, da forma e natureza do Estado, dos grandes paradigmas do pensamento económico então presentes, etc.;
- b) A referência aos aparelhos institucionais em que Araújo Correia se moveu foi ela própria resumida aos traços que nos parecem essenciais para a compreensão da sua obra económica.

textos revela ainda uma dependência muito directa da sua passagem por Londres, onde a partir de 1914 frequenta a Universidade e o Imperial College of Science and Technology.

Dois deles debruçam-se sobre o sistema de ensino técnico superior inglês, que o nosso autor considera «[principal responsável pela] prosperidade do grande e activo país que é a Inglaterra» ⁽¹³⁾. A essa experiência contrapõe o atraso económico português, pelo qual responsabiliza essencialmente «a falta de compreensão do desenvolvimento das modernas correntes educativas» ⁽¹⁴⁾, de que por sua vez resultariam graves insuficiências na formação de uma elite técnica susceptível de dirigir a modernização do País.

Nesta fase não há ainda nada que se assemelhe a um pensamento desenvolvimentista estruturado, mas quando muito a consideração de um aspecto particular do problema económico.

Do mesmo modo, o texto, que versa temas económicos, não trata os problemas da economia portuguesa mas antes da angolana, e limita-se a propor um aumento da produção de certos produtos primários como forma de debelar as dificuldades financeiras ⁽¹⁵⁾. Não há, ainda aqui, reflexão sistematizada sobre problemas económicos, nem mesmo os coloniais, do que só mais tarde se aproximará a sua obra ⁽¹⁶⁾.

2.2. Um segundo período situa-se nos anos que medeiam entre 1928 e 1934. O que diferencia esta fase da anterior é essencialmente o facto de a temática económica surgir agora como o centro de interesse, e assim os diversos estudos que se debruçam sobre a crise capitalista de 1929 e a depressão que lhe sucede. É também característica dos textos desta fase a adopção de uma óptica mais analítica que programática, o debruçarem-se prioritariamente sobre os problemas da economia internacional e ainda uma abordagem de natureza histórica dos problemas económicos contemporâneos.

Isto mesmo é visível numa conferência intitulada «A crise nos seus aspectos económico e social» ⁽¹⁷⁾, onde o autor se interroga se «estaremos em presença duma dessas crises, embora mais severa, do tipo ante-guerra, que se materializavam em períodos de perturbação no progresso rítmico da

⁽¹³⁾ «Três anos em Inglaterra», in *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, ano II, n.ºs 17 a 19, Jul./Set. de 1917, p. 309.

⁽¹⁴⁾ «O ensino superior técnico nos países anglo-saxónicos e a sua relação com a moderna função social do engenheiro», Lisboa, 1927, p. 11 (Separata do n.º 640 da *Revista de Obras Públicas e Minas*, Mar./Jun. de 1927).

⁽¹⁵⁾ «Possibilidades económicas de Angola», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano II, 1926, n.º 9, pp. 14-33, n.º 10, pp. 67-80, e n.º 13, pp. 76-107.

⁽¹⁶⁾ Ainda neste período, entre 1924 e 1926, publica na *Revista de Obras Públicas e Minas* diversos trabalhos de divulgação, em relação directa com a sua formação no campo da geologia e sem referência a aspectos económicos, pelo que não são directamente relevantes para este estudo. São, no entanto, ilustrativos da dispersão e ausência de reflexão sistemática nesta fase inicial.

⁽¹⁷⁾ Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa a 20 de Abril de 1932.

economia mundial, e nos quais a uma depressão profunda nos negócios se seguia invariavelmente uma época de prosperidade?

Ou representará o cataclismo actual — uma revolução económica histórica de consequências ainda desconhecidas, que dará lugar a modificações profundas na vida actual [...]?»⁽¹⁸⁾. Uma crise conjuntural e ou uma crise estrutural, diríamos hoje.

A sua resposta a esta questão parece privilegiar a ideia de viragem estrutural no sentido acima indicado ao considerar «os novos factores que pesam hoje sobre a vida económica», e precisa: «a tendência constante para a diminuição dos custos de produção por intermédio da investigação científica cada vez mais acentuada e pela concentração em escala gigantesca dos principais instrumentos de produção — como a fusão das grandes empresas ferroviárias, o desenvolvimento de enormes bancos, a interligação de grandes grupos industriais». Assim, a técnica e a ciência alteraram as condições anteriores, industrializando outros continentes e impondo por consequência uma modificação no sistema económico.

Ora a mentalidade internacional nem política nem socialmente se adaptou com facilidade às modificações resultantes, e assim a crise latente é inevitável⁽¹⁹⁾.

No entanto, por outro lado, e ao tentar destrinçar os factores que mais imediatamente concorreram para a crise, sugere e integra outro tipo de explicação ao colocar em primeiro lugar «a má distribuição do ouro e as transferências de capitais avultados entre Londres, Paris e Nova Iorque»⁽²⁰⁾, o que por sua vez resultaria de erradas medidas de política financeira por parte dos dirigentes das principais potências económicas da época.

Por esta via é conduzido ao estudo do ouro, «que aparece diariamente como causa fundamental de um dos mais graves cataclismos económicos que têm assolado a Humanidade»⁽²¹⁾, conforme se pode ver em uma outra conferência proferida ainda em 1932. Aí, e depois de uma indagação histórica acerca do estabelecimento e funcionamento do padrão-ouro, conclui pela sua «provável substituição como reserva fiduciária»⁽²²⁾ e mostra-se favorável à solução, preconizada por Keynes entre outros, que consistia no «estabelecimento de um novo sistema monetário que se baseia essencialmente na regulação do volume de crédito — *managed currency* [...]»⁽²³⁾.

Como se poderá perceber por esta breve síntese, as questões específicas da economia portuguesa são ainda quase por completo ignoradas na sua reflexão. No entanto, numa entrevista que concede na sua qualidade de administrador da Caixa Geral de Depósitos, não deixa de referir que «a crise,

a par de males bem dolorosos, trouxe também alguns benefícios. Um deles, de importância grande, consistiu em acabar com certo número de pequenas fábricas ineficientes e mal apetrechadas»⁽²⁴⁾, leia-se, consistiu em reforçar a prazo as potencialidades da industrialização e em acelerar a concentração capitalista⁽²⁵⁾.

2.3. A terceira fase abrange os anos que decorrem entre 1934 e o fim da segunda guerra mundial, em 1945.

O primeiro daqueles anos assinala um corte fundamental, ou mais rigorosamente um triplo corte na reflexão e no discurso deste autor, além de assinalar significativas alterações no plano institucional, que consistem na sua integração no grupo dirigente do Estado Novo — que já acima se referiu —, o que sendo algo exterior não é indiferente, antes explica em boa parte as roturas detectadas ao nível do discurso que produz. Em primeiro lugar é um corte no plano temático: debruça-se agora fundamentalmente sobre as condições e os problemas da realidade económica portuguesa; em segundo lugar é um corte no tipo de discurso, que então passa a ter uma muito mais acentuada intenção programática; em terceiro lugar é um corte no tipo de apelo à história: se antes adoptava, ao menos parcialmente, uma visão histórica dos fenómenos económicos estudados, agora o apelo à história virá profundamente ideologizado, procurando quase exclusivamente nesta a legitimação pontual de atitudes e interesses do presente⁽²⁶⁾.

Cronologicamente, a primeira peça representativa desta fase é o discurso que pronuncia no 1.º Congresso da União Nacional (e que já antes citámos). Aí está genericamente delineado um programa económico para Portugal que

(24) «A obra efectuada pela Caixa Nacional de Crédito no ano económico de 1930-1931 e a grave crise que assoberba o nosso país e todo o mundo que produz e permuta», in *Indústria Portuguesa*, n.º 42, Agosto de 1931, p. 23.

(25) Neste período há ainda dois textos de algum interesse, «A influência da guerra na economia mundial», Lisboa, 1931, que, contudo, não revela nada de substancialmente diferente no pensamento do autor relativamente às teses aqui sinteticamente esboçadas, e «O génio da raça», Lisboa, 1933, ensaio historiográfico onde se pretende «enquadrar Portugal no panorama europeu desde o tempo dos Romanos» (p. 17) e que surpreende pelo facto de ignorar por completo os aspectos económicos da história portuguesa, privilegiando os políticos, por adoptar uma visão ultranacionalista em que o povo, quando citado, o é apenas porque se deixou comandar por algum herói, e, finalmente, pelo tipo de discurso épico e exaltado que o fascismo português tanto divulgou mas que não se coaduna bem com a generalidade da escrita sóbria de Araújo Correia. Repare-se: «D. João II, o Príncipe Perfeito, descendente do glorioso Infante, é sem dúvida o rei mais representativo da raça. Interpretou fielmente a vontade popular na ânsia de expansão marítima; foi o executor dos desígnios de seu tio-avô; e com mão de ferro domou aqueles que, em conluíus com estrangeiros, empanavam o brilho da ascensão do génio nacional. E, ainda fiel aos caracteres fundamentais do génio português, não mediu forças quando lançou os seus capitães na conquista do Preste João, do Oriente afamado.» (P. 44).

(26) «O Estado Novo, pela coordenação das suas economias, pela disciplina dos seus órgãos produtores, pretende desviar Portugal do caminho que um liberalismo alheio às suas tradições [...]», in *Directrizes Económicas do Estado Novo*, p. 21. Este é apenas um exemplo.

(18) Artigo citado, p. 7.

(19) Artigo citado, pp. 25-26.

(20) Artigo citado, p. 19.

(21) «O ouro através dos séculos», Lisboa, 1932, p. v.

(22) Artigo citado, p. vi.

(23) Artigo citado, p. 31.

pretende ver adoptado pelo Estado Novo e no qual surgem já algumas das suas afirmações, e algumas das suas omissões fundamentais e mesmo embrionariamente algumas das ideias que posteriormente o distanciarão da ideologia económica dominante. Assim, notamos já aí um valorizar da problemática económica, em detrimento da financeira; a oposição ao mito de que Portugal era um país inapelavelmente pobre e atrasado; a reivindicação de um intervencionismo económico moderado, com a consequente oposição ao liberalismo económico; uma mentalidade que diríamos *produtivista*, em oposição à «plutocracia ambiciosa e malfazeja que [...] tenta exercer acção corrosiva sobre os destinos da comunidade» (27). Notamos ainda que se aprova inequivocamente a solução global antidemocrática (28), parece no entanto não muito entusiasmado com a experiência especificamente corporativa que se no plano prático dava os primeiros passos, no plano das ideologias económicas era já hegemónica.

Em 1935, e já na qualidade de deputado da Assembleia Nacional, apresenta dois projectos de lei traduzindo ambos um interesse central sobre os problemas económicos, os quais não viriam a ser aprovados. O primeiro é um plano de instrução popular visando um esforço de alfabetização da população portuguesa, designadamente a de zonas rurais, e é fundamentado em razões de carácter económico. Assim pode ler-se no discurso de apresentação: Saber ler e escrever não é uma finalidade espiritual, não representa apenas aspiração romântica ou mesmo de amor próprio ou dignidade patriótica ofendida — é antes instrumento económico de grande valor, que pode vir a imprimir à vida material do País impulso absolutamente necessário para a melhoria do bem-estar dos seus habitantes» (29). O segundo é um projecto que designou de *restauração nacional*, de facto um projecto alternativo à célebre lei de reconstituição económica elaborado pelo Governo, e que, num estudo recente um autor considerou justamente um dos «projectos estratégicos de industrialização surgido no período que se inicia imediatamente antes da 2.ª Grande Guerra» (30). É precisamente a ideia de progresso industrial e a proposta de criação de um Ministério da Economia que se responsabilizasse directamente pela elaboração e execução de um plano de reorganização e desenvolvimento da economia portuguesa, que o separa, no essencial, das concepções então vitoriosas (31).

A sua acção parlamentar, neste período histórico, compreende ainda algumas outras interessantes intervenções, nas quais o seu ideário

(27) Artigo citado, p. 17.

(28) Cf. citação a que se refere a nota 4.

(29) *Diário das Sessões*, 2.º suplemento ao n.º 9, de 11 de Fevereiro de 1935, p. 5.

(30) J. M. Brandão de Brito, «Rumos velhos e novos da industrialização portuguesa», in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, 1983, p. 2535.

(31) Anos mais tarde, M. Caetano apresentará uma justificação para a recusa da proposta de Araújo Correia, insinuando apenas ser a mesma inexecutável. Cf. M. Caetano, in *O Planeamento Económico em Portugal*, Lisboa, 1959, p. 5.

desenvolvimentista se vai progressivamente estruturando. Assim, em 1937, a propósito de uma proposta de lei governamental sobre hidráulica agrícola, expõe pela primeira vez o seu programa relativo ao aproveitamento económico dos rios portugueses, considerando que o mesmo deverá considerar em simultâneo não só o aproveitamento da possibilidade de irrigação mas ainda a produção de energia para uso industrial, a regularização dos caudais e ainda possibilitar a navegação, e deverá considerar igualmente outros aspectos do aproveitamento dos rios: «O financeiro, o económico, o técnico» (32), o que o projecto oficial não faz.

Esta referência é importante porque o aproveitamento integrado dos rios portugueses tem um papel absolutamente central em toda a concepção de Araújo Correia. Esta é no seu pensamento a variável estratégica que permitirá ao Estado, ao menos nesta fase histórica, promover o desenvolvimento do País. A ideia surgia já embrionariamente no seu projecto de restauração nacional de 1935 e manter-se-á daqui em diante.

Ainda na mesma sessão legislativa tomará a palavra para contestar moderadamente uma proposta governamental sobre *condicionamento* industrial. Araújo Correia considerará que o mesmo não assenta em qualquer conhecimento preciso sobre a situação industrial do País, além de sugerir que o referido condicionamento se tornará em *impedimento* industrial, já que parece querer resolver as crises, os desequilíbrios oferta/procura, à custa de restrições impostas à produção, do que discorda: «O remédio para este mal não é opor entraves à produção, porque isso significa diminuir a riqueza ou o bem-estar do grande número, mas sim adaptar o poder de compra a essa produção» (33).

Na mesma época iniciará a publicação regular dos *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado*, de que é relator, e que são, a partir de 1938, repositório fundamental do seu pensamento. O primeiro desses pareceres cobre as contas do período compreendido entre 1928 e 1936. Aí faz o elogio da política financeira de Salazar, não sem terminar com um capítulo sobre a «Situação económica», em que mais de uma vez vem revelar as debilidades da economia portuguesa, a pretexto de «determinar, com certa aproximação, qual a influência que os acontecimentos financeiros dos últimos anos porventura tiveram na evolução económica do País» (34).

2.4. O quarto momento da obra de Araújo Correia decorre entre o final da segunda guerra mundial e 1952. Não há agora, relativamente ao período imediatamente anterior, um significativo corte; o que o individualiza é antes o culminar, um amadurecer, de tendências já contidas nos textos anteriores. Por um lado, é o programa económico que se aperfeiçoa sem inovar significativamente, mas que agora beneficia de um mais favorável ambiente,

(32) *Diário das Sessões*, n.º 101, de 13 de Janeiro de 1937, p. 158.

(33) *Diário das Sessões*, n.º 119, de 6 de Abril de 1937, p. 472.

(34) *Portugal Económico e Financeiro*, vol. I, Lisboa, 1938, p. 381.

criado pela difusão de novas concepções económicas, e designadamente do impacte da acção da OECE, por outro lado, é o acentuar de um moderado distanciamento relativamente à ideologia e política económicas dominantes, sob o impacte da nova conjuntura geral do pós-guerra, caracterizado entre nós pela quase generalizada contestação do regime vigente.

Consideraremos assim três traços marcantes nesta fase da obra de Araújo Correia:

2.4.1. A crítica aberta de aspectos fundamentais da política económica então prosseguida pelo Estado Novo, no plano conjuntural como no estrutural. No que respeita ao primeiro aspecto, Araújo Correia será um crítico da política deflacionista adoptada durante a guerra⁽³⁵⁾, mas, sobretudo, e em diferentes momentos, expressará os seus pontos de vista contrários à política adoptada na conjuntura do pós-guerra. Em 1949 escreverá: «Os pareceres sobre as contas públicas discutidos na Assembleia Nacional dão nota dos recursos financeiros e outros à disposição do País no fim da guerra.

Emitiu-se neste lugar a opinião de que esse volumoso entesouramento de recursos monetários em moeda nacional e cambiais deveria ser canalizado tanto quanto possível para o desenvolvimento dos recursos económicos latentes e apontaram-se, em sucessivos estudos sobre rios, sobre a indústria e a agricultura, quais eram esses recursos, onde jaziam, como explorá-los.

[...] Circunstâncias de vária natureza [...] impediram que se desviassem para os fins aconselhados as somas requeridas. Já não é possível executar, com a largueza prevista e dentro dos prazos aconselhados, a obra considerada necessária»⁽³⁶⁾.

No ano seguinte, ao comentar de novo a acção do ministro Daniel Barbosa, será ainda mais incisivo: a falta de orientação tendente a aproveitar disponibilidades cambiais em mercadorias de utilidade para o fomento do País leva a prejuízos de natureza económica. Quando se fizer a história do comércio externo e forem verificados os resultados da política seguida, se acaso há uma política, notar-se-ão anomalias que possivelmente levaram à utilização de auxílios em coisas desnecessárias⁽³⁷⁾. O tom e o tipo das críticas que então se multiplicavam não difere, aliás, muito das que na mesma época a oposição democrática dirigia ao regime acerca desta mesma matéria⁽³⁸⁾.

Também no que respeita à política industrial, então ensaiada com a Lei do Fomento e Reorganização Industrial, se mostrará crítico. Essencialmente preocupa-o o facto de aquela proposta se circunscrever a aspectos especificamente industriais sem cuidar da necessidade de simultâneo

alargamento do mercado interno, que decorreria de transformações a operar no sector agrícola, nem tão-pouco se fundamentar em estudos convincentes sobre os custos de produção a obter nas novas unidades industriais a instalar, além de que, afirmar-se-á ainda, a concentração prevista na proposta não resolverá o problema da ineficiência da indústria portuguesa, mantendo-se a legislação em vigor relativa ao condicionamento industrial⁽³⁹⁾.

2.4.2. Um outro aspecto marcante na acção de Araújo Correia neste período está no facto de a sua acção de doutrinação desenvolvimentista não só prosseguir como se intensificar neste período. De então datam os seus mais elaborados textos, dos quais destacaremos «Os rios portugueses», onde se bate pela sua utilização múltipla (energia, rega, transporte e domínio das cheias); «A pobreza e a riqueza do País», onde tenta a demonstração de que Portugal não é irremediavelmente atrasado e pobre, pelo contrário dispõe potencialmente dos recursos naturais necessários ao seu desenvolvimento; «O comércio externo», onde, através da observação das listas de importações e exportações, tenta descobrir e evidenciar as fraquezas estruturais da economia portuguesa, e finalmente «O programa económico nacional», onde esboça um programa global de desenvolvimento para Portugal (e acessoriamente para as colónias) realizado com a intenção de justificar a aplicação de eventuais créditos no âmbito do Plano Marshall⁽⁴⁰⁾.

É significativo que nesta fase Araújo Correia passe a editar em livro estes seus textos⁽⁴¹⁾, dirigindo-se agora directamente à opinião pública portuguesa, talvez porque desencantado com a ineficácia do seu discurso na Assembleia Nacional, onde aliás são visíveis alguns sinais da irritação que provocam.

2.4.3. Uma terceira direcção em que se orienta então a obra de Araújo Correia é a da teoria económica abstrata. A preocupação de fundar teoricamente os seus pontos de vista irá conduzi-lo a Keynes, e a prova está nos *Elementos de Planificação Económica*, que publica em 1952. No entanto, a sua adesão ao keynesianismo revelar-se-á algo apressada e formal, e isto porque não só demonstra uma incorrecta compreensão dos conceitos participantes do sistema teórico de Keynes como se revelará incapaz de aplicar globalmente esse sistema teórico no esclarecimento da realidade económica portuguesa.

Estes aspectos, porque são relevantes para o entendimento das tentativas de reelaboração das concepções económicas dominantes em Portugal no segundo pós-guerra, serão por nós retomadas adiante.

⁽³⁵⁾ *Diário das Sessões*, n.º 95, de 3 de Março de 1947, p. 719.

⁽³⁶⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1947*, Lisboa, 1949, p. 176.

⁽³⁷⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1948*, Lisboa, 1950, p. 137.

⁽³⁸⁾ Cf. *Para onde nos Leva a Política Económica do Governo?*, publicado pelos serviços centrais da candidatura do general Norton de Matos, Lisboa, 1949.

⁽³⁹⁾ *Diário das Sessões*, n.º 121, de 17 de Janeiro de 1945, pp. 150 a 155.

⁽⁴⁰⁾ Os quatro textos aqui referidos foram originariamente publicados como apêndices aos *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1943, 1945, 1946 e 1948*, publicados entre 1945 e 1950.

⁽⁴¹⁾ *Ensaio de Economia Aplicada*, Lisboa, 1948, e *Estudos de Economia Aplicada*, Lisboa, 1950.

2.5. A última fase da vida pública de Araújo Correia decorre a partir de 1953 e até à sua retirada (os seus últimos escritos datam de 1973). A sua produção teórica e ideológica vai-se tornando progressivamente menos criativa e mais rara. Os próprios apêndices aos *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado*, que haviam constituído peças importantes da expressão do seu pensamento, cessam praticamente a partir do que se refere ao ano de 1955, e mesmo as suas intervenções na Assembleia tornam-se raras. Intervirá ali aquando da discussão dos planos de fomento, para mais uma vez expor, sem praticamente acrescentar ideias novas, as suas concepções sobre o desenvolvimento do País (designadamente o plano de aproveitamento integrado dos rios e a necessidade de consideração da rentabilidade dos diversos projectos para a indústria e obras públicas) e para salientar o facto de os planos não serem «inteiramente do seu agrado, pois não obedecem às linhas gerais expostas»⁽⁴²⁾. Para além disto, e significativo, há apenas a registar a sua intervenção no 2.º Congresso dos Economistas, a que já antes nos referimos.

Pelo menos dois tipos de razões podem explicar este progressivo apagamento de Araújo Correia na vida pública portuguesa. Por um lado, o desalento resultante de uma longa e persistente acção doutrinária de muito duvidosa eficácia prática; por outro lado, o facto de acompanhar mal a evolução das concepções económicas do pós-guerra. Integrará no seu discurso algumas ideias e preocupações novas (valorização do *pleno emprego*, a noção de *multiplicador*, a noção de *coeficiente capital-produto*, etc.), mas a sua base permanecerá inalterada. Será assim suplantado por uma nova geração de economistas, com outra formação, na tarefa de fabricar e divulgar ideologia do crescimento da economia portuguesa.

Aspectos estruturais

3. É assim ao longo dos anos, em particular a partir de 1934, como se viu, que Araújo Correia vai construindo o seu ideário, a sua ideologia do desenvolvimento português.

Há na sua base certas ideias-força, verdadeiras constantes estruturais, nem sempre explicitadas pelo próprio, que é necessário destacar. São elas:

- a definição da *consciência* como motor do processo histórico;
- o individualizar e valorizar do *económico* no conjunto da vida social;
- uma clara *intenção programática*.

⁽⁴²⁾ *Diário das Sessões*, n.º 107, de 7 de Dezembro de 1967, p. 2009.

⁽⁴³⁾ O próprio escreverá: «É tão premente, tão necessária, uma bem equilibrada obra de fomento económico, ordenada e concebida com prudência, que muitas vezes chega a ser doloroso notar a indiferença com que, até em sectores responsáveis, se olham estes assuntos ou se fala neles.

O parecer das contas públicas tem vindo a pugnar, sem resultado na maior parte dos casos, por um conveniente estudo das possibilidades nacionais e pelo seu aproveitamento gradual; crê-

3.1. A interpretação que Araújo Correia propõe para o atraso português, sobretudo na definição das vias da sua superação, assenta numa inequívoca postura *idealista*, porque sobrevalorizadora do papel do elemento consciente, em particular do ideológico, no todo social.

Expressões como: «a razão do atraso do País, já mesmo no século actual, deve filiar-se parcialmente nos *erros*»⁽⁴⁴⁾, ou «a segunda grande guerra [...] foi resultado da cegueira da *mentalidade* europeia»⁽⁴⁵⁾, ou «a força das ideias económicas que ressumam da investigação intelectual do século XIX [...] é tão poderosa que fez ruir impérios e foi *causa primordial* de imensas guerras destruidoras»⁽⁴⁶⁾, ou «certos conceitos que há longos anos se insinuaram no espírito da Nação [...], *causa* do atraso do nível social que ainda se nota»⁽⁴⁷⁾, ou ainda «a descrença mórbida causadora do atraso económico do País»⁽⁴⁸⁾, serão constantemente retomadas e constituem o cerne da interpretação proposta.

Nestas condições, a reforma das mentalidades é, naturalmente, a via necessária à superação do atraso da Nação, e esta operar-se-á, no essencial, mediante uma reforma profunda do sistema de ensino⁽⁴⁹⁾.

Na sua concepção, o sistema de ensino deverá qualificar no plano técnico a força de trabalho necessária ao processo produtivo, mas deverá também, e essa não é função menor, difundir a ideologia do desenvolvimento nacional, de modo a integrar toda a nação nesse processo.

Notará que «sem uma reforma educativa, o trabalho de reorganização económica e de desenvolvimento dos recursos internos nunca poderá ter a eficácia indispensável»⁽⁵⁰⁾, e noutro passo precisará: «Não é só e simplesmente uma transformação física de aparelhagem e laboratórios ou até de programas. É também, e em elevado grau, uma reforma de mentalidades, e nela se inclui a nítida e clara ideia de que o aluno — o operário, capataz, mestre, agrónomo ou engenheiro — virá ocupar no futuro um lugar no processo da produção e

— se firmemente que os erros cometidos provêm, na maior parte dos casos, da inconsciência ou ignorância dos resultados de certas medidas tomadas ou da falta de outras que deveriam ser tomadas.» In *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1950*, Lisboa, 1952, p. 6.

⁽⁴⁴⁾ *Portugal Económico e Financeiro*, vol. I, Lisboa, 1938, p. 5.

⁽⁴⁵⁾ *Elementos de Planificação Económica*, Lisboa, 1952, p. 18.

⁽⁴⁶⁾ *Ensaíes* ..., Lisboa, 1948, p. XXI.

⁽⁴⁷⁾ Ob. cit., p. XXV.

⁽⁴⁸⁾ *Estudos* ..., Lisboa, 1950, p. XLV.

⁽⁴⁹⁾ A crítica do sistema de ensino vigente desde o nível primário ao superior é uma constante nos textos de Araújo Correia. O essencial da crítica e da sua proposta de reforma é a passagem de um ensino que considera teorizante a um ensino mais prático e eficiente. Em 1935, como já se assinalou, apresentará mesmo uma proposta legislativa sobre *cultura popular* que visa a alfabetização acelerada das classes rurais; nos seus *Pareceres* criticará constantemente a fraca dotação de verbas atribuídas ao sistema escolar e a ineficácia do mesmo enquanto agente promotor do desenvolvimento do País.

⁽⁵⁰⁾ *Ensaíes* ..., p. X.

que o objectivo fundamental desta nas eras modernas é, sem sombra de dúvida, obter resultados que em qualidade e quantidade possam comparar-se ao de outros países prováveis concorrentes.»⁽⁵¹⁾

Esta concepção atribui à ideologia não só uma função mobilizadora e instrumental na promoção do desenvolvimento económico, como a promove a uma espécie de determinante, em última instância, desse mesmo processo.

Este remeter da causalidade do movimento da sociedade para o nível da consciência colectiva, este sobrevalorizar do papel da ideologia, tem como contrapartida o desvalorizar da análise e compreensão das estruturas objectivas da economia e da sociedade portuguesa, dos mecanismos objectivos do seu movimento e transformação, e das respectivas relações de poder.

É por isso que toda a sua concepção, que se pretende expressamente não arbitrária, mas antes fundada e legitimada pelas aquisições recentes das ciências económicas, não consegue disfarçar uma certa fragilidade do sistema conceitual com que pensa as próprias causas do atraso, apelando constantemente à ignorância dos governantes a importação de doutrinas avessas ao carácter do povo português, a rotina das elites industrial e administrativa, ou à persistência de certos mitos tradicionais como o *País pobre e essencialmente agrícola*, do mesmo modo que ao tentar explicar as condições mais gerais do funcionamento das sociedades apelará a realidades a-históricas como a «condição da *natureza humana* [que] há-de ser *sempre* a de procurar produzir aquilo que lhe traga maiores rendimentos»⁽⁵²⁾, ou quando, ao debruçar-se sobre as causas da decadência europeia, apela à «descontinuidade [que se estabeleceu] entre a essência da actividade humana e a própria vida humana»⁽⁵³⁾.

3.2. O objectivo central da intervenção pública de Araújo Correia é inquestionavelmente a promoção de um mais acentuado crescimento da economia portuguesa.

Variadíssimas vezes apontará o atraso económico como o mais grave problema que se coloca à sociedade portuguesa, e logicamente aponta a superação desse atraso como a primeira prioridade de acção dos dirigentes políticos e económicos. Afirma que «o problema fundamental do País [...] é o crescimento económico.

[...] Não é problema novo nem surgiu com as novas condições que afectam o mundo actual. Vem de longe, de insuficiências do passado»⁽⁵⁴⁾, e afirmará mesmo, de modo mais genérico e radical, que, ainda hoje, em muitas nações da Europa, há quem tente desmerecer da actividade económica [...]

não compreendem que a intensificação da exploração dos recursos naturais é a própria razão de ser dos povos na vida terrena»⁽⁵⁵⁾.

A distinção, hoje corrente, entre desenvolvimento e crescimento económico está ausente na sua concepção. O que define como objectivo fundamental é o crescimento da produção industrial e agrícola, o que, ao permitir uma mais larga distribuição, teria como consequência inevitável a superação de baixos padrões de vida vigentes na Nação⁽⁵⁶⁾, mediante uma melhoria dos rendimentos colectivos⁽⁵⁷⁾, pelo que considera esse crescimento um objectivo do interesse indistinto de ricos e pobres (como também afirma), isto é, um processo de *interesse geral*.

Numa fase relativamente tardia da sua obra, certamente sob a influência dos processos de desenvolvimento económico em curso no segundo pós-guerra, e da ideologia do *welfare-state*, precisará um pouco mais os objectivos específicos a atingir, tais como a satisfação de carências de saúde e educacionais⁽⁵⁸⁾, ou uma mais equitativa distribuição de rendimentos⁽⁵⁹⁾, ou ainda a promoção do pleno emprego, que passará a considerar primeiro objectivo de um programa económico nacional⁽⁶⁰⁾.

Em qualquer dos casos, o crescimento económico é tomado como necessidade fundamental e base do prestígio internacional do País, no que Araújo Correia se opõe à mentalidade então dominante na nossa sociedade. Num passo lembrará que «de pouco serve para o prestígio internacional relembrar que demos novos mundos ao mundo, que tivemos um império mundial, que levámos a civilização cristã aos mais afastados recônditos da terra, que descobrimos, saneámos, plantámos, civilizámos com o suor, as lágrimas, os sacrifícios e as vidas dos nossos antepassados.

A actualidade moderna é de realidades. Os povos respeitam a força — a força física, a força económica»⁽⁶¹⁾; em outro passo notará que «parece haver divergências substanciais sobre a opinião, repetidas vezes exposta nos pareceres das contas, relativamente à necessidade de reservar todos os meios disponíveis para o desenvolvimento dos recursos económicos internos [...] A aplicação das verbas disponíveis em obras reprodutivas indicaria tendências materialistas, alheias à própria estrutura política do Estado Novo»⁽⁶²⁾⁽⁶³⁾.

⁽⁵⁵⁾ *Elementos* ..., pp. 18-19.

⁽⁵⁶⁾ *Ensaio* ..., p. 100.

⁽⁵⁷⁾ *Diário das Sessões*, n.º 80, de 7 de Março de 1951, p. 512.

⁽⁵⁸⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1942*, Lisboa, 1944, p. 12.

⁽⁵⁹⁾ *Elementos* ..., p. xxix.

⁽⁶⁰⁾ *Estudos* ..., p. 288.

⁽⁶¹⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1959*, Lisboa, 1961, p. viii.

⁽⁶²⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1950*, Lisboa, 1952, p. 10.

⁽⁶³⁾ Será talvez oportuno recordar que um dos traços fundamentais do pensamento corporativo salazarista é precisamente um desvalorizar da problemática económica. O próprio Salazar, ao estabelecer os grandes objectivos da ditadura, privilegiará as questões financeiras relativamente às económicas [v. a apresentação desta questão em A. Marques, *La politique economique portugaise dans la période de la dictature (1926-1974)*, Grenoble, 1980, pp. 43-45].

⁽⁵¹⁾ *Ensaio* ..., p. 88.

⁽⁵²⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1954*, Lisboa, 1956, p. 15.

⁽⁵³⁾ *Elementos* ..., p. 17.

⁽⁵⁴⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1968*, Lisboa, 1970, p. v.

É claro que, num plano abstrato, também Araújo Correia considerará que o bem-estar material e os objectivos económicos em geral se deverão subordinar a mais altos valores morais; no entanto, tal subordinação revela-se na sua obra puramente formal, não se traduz em nada de substantivo, em nenhuma recomendação específica, e o seu interesse está em servir de álibi ideológico para recusar a aplicabilidade dos ensinamentos das experiências socialistas de desenvolvimento (então em curso e com êxito) ao caso português. Considerará assim que o «colectivismo destrói a própria alma humana com o seu frio economismo» ⁽⁶⁴⁾.

No entanto, a sua própria mentalidade economicista revela-se em pleno quando por exemplo recusa o liberalismo invocando exclusivamente razões de eficácia económica: «A experiência tem amplamente demonstrado que a liberdade económica, na plenitude máxima, se transforma muitas vezes em licença e que da livre concorrência resultam prejuízos incalculáveis não só para os interessados como, de um modo geral, para o próprio País. A liberdade condicionada ao bem comum tendo em vista principalmente a defesa do melhor rendimento de exploração, o interesse de todos os que concorrem para a melhoria desse rendimento e a política superior que o Estado entende seguir são, no estágio actual da economia privada, nas relações internacionais, e no grau de desenvolvimento agrícola e industrial em que se encontra o País, o caminho mais seguro de prosperidade.» ⁽⁶⁵⁾

Essa sua mentalidade economicista revela-se ainda, para citar outro exemplo, quando, fazendo coro com sectores da oposição (também eles desenvolvimentistas a seu modo), insinua malefícios decorrentes da rígida ortodoxia financeira da administração de Salazar: «Ultimamente parecem desenhar-se, nalguns sectores, opiniões que tendem a filiar no equilíbrio orçamental, mantido ininterruptamente desde 1928-1929, uma das razões, talvez a mais acentuada, do inegável desequilíbrio económico que caracteriza a vida portuguesa.» ⁽⁶⁶⁾

3.3. A criação ideológico-económica de Araújo Correia assume uma clara *intenção programática*, no sentido em que ambiciona constituir-se em guia orientador da política económica de longo prazo do Estado Novo.

São também conhecidas as posições de outros responsáveis da ditadura, como foi o caso do Ministro Antunes Guimarães, repudiando a industrialização e o progresso económico do País (v. J. M. Pereira, *Pensar Portugal Hoje*, Lisboa, 1971, p. 28), ou mesmo de corporativistas inspiradores da experiência portuguesa, como é o caso de M. Manoïlesco: «A história que não pergunta aos povos se numa determinada época comeram bem, mas que se informa do que cada época criou de definitivo, registará com interesse o sofrimento criador dos povos que se organizaram num Estado portador de ideias.» in *Le siècle du corporatisme*, Paris, 1936, p. 41.

⁽⁶⁴⁾ *Estudos* ..., p. xxix.

⁽⁶⁵⁾ *Directrizes* ..., p. 20.

⁽⁶⁶⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1954*, Lisboa, 1956.

Nesse sentido pratica uma estratégia de intervenção pessoal que compreende três momentos essenciais:

- a verificação do grau de atraso da economia portuguesa;
- a inventariação das potencialidades de desenvolvimento;
- a definição de uma estratégia económica;

competindo aos dois primeiros legitimar o último.

3.3.1. O reconhecimento concreto do subdesenvolvimento português torna *necessário* o programa desenvolvimentista. Esse reconhecimento está disperso em boa parte da sua obra; surge, no entanto, mais nítido num estudo sobre o comércio externo português ⁽⁶⁷⁾, de cujas cifras «podem tirar-se seguros indícios sobre a vida económica de um país. Elas indicam em crua realidade as insuficiências nacionais» ⁽⁶⁸⁾ e permitem concluir que «melhorar a produção nacional, tanto qualitativa como quantitativamente, deve ser a primeira e fundamental preocupação quer dos organismos orientadores e activos do Estado quer dos particulares [...] o estudo agora feito sobre o comércio externo confirma-o plenamente» ⁽⁶⁹⁾. Mais tarde, então mediante o conhecimento dos primeiros cálculos oficiais do rendimento nacional, voltará ao tema, de novo para concluir: «O exame do quadro rendimento nacional de 22 países vem confirmar o baixo rendimento nacional do País. Mostra que os índices de produção conhecidos e já apontados nestes pareceres [...] se traduzem como era de esperar em baixo rendimento nacional [...]»

Por mais voltas que se dê ao problema nacional, aparecem sempre como necessidade e exigência os aumentos nos valores totais da produção.» ⁽⁷⁰⁾

3.3.2. A inventariação dos recursos existentes e mobilizáveis para a promoção do crescimento mostra que o programa desenvolvimentista é *exequível*.

Araújo Correia ataca persistentemente o mito do *Portugal país pobre e essencialmente agrícola*, legitimador da política económica então praticada, e procede à inventariação parcial dos recursos de natureza industrial e, subsidiariamente, dos agrícolas disponíveis.

Destaca assim os recursos energéticos, designadamente as possibilidades de produção de energia hidroeléctrica, que avalia em cerca de 14 vezes superior ao consumo então verificado; os recursos minerais, sobretudo os minérios de ferro de Moncorvo, os próprios recursos humanos mobilizáveis através de um ensino técnico eficiente e ainda as largas possibilidades de intensificação agrícola mediante utilização, no essencial, da rega.

⁽⁶⁷⁾ *Ensaio* ..., pp. 105-301.

⁽⁶⁸⁾ *Ob. cit.*, p. 107.

⁽⁶⁹⁾ *Ob. cit.*, p. 292.

⁽⁷⁰⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1949*, Lisboa, 1951, p. 258.

Desse inventário retirará a possibilidade de afirmar: «Apresentaram-se apenas alguns exemplos de maior relevo tendentes a provar que os recursos materiais do País não têm o carácter de pobreza que se lhes pretende atribuir.» ⁽⁷¹⁾

3.3.3. A estratégia que propõe materializa-se num *programa económico nacional*, que assenta numas tantas ideias e propostas, no essencial invariáveis ao longo de toda a sua extensa obra, cuja versão mais desenvolvida e sistemática data de 1948 ⁽⁷²⁾. Os seus traços essenciais são os seguintes:

3.3.3.1. O crescimento gradual e global da economia resultará do crescimento simultâneo e conjugado da agricultura e da indústria. Não há, no programa formulado por Araújo Correia, a definição de um sector *motor* onde se deveria concentrar o essencial dos esforços a realizar na suposição de que tal sector só por si arrastaria o conjunto da economia, o que, a verificar-se, ao menos neste período histórico, só poderia acontecer com a indústria. No entanto, o nosso economista revelar-se-á pouco inclinado a radicalismos e adverte: «Portugal é um país que ainda vive em grande parte da agricultura [...] e não há intenção, em qualquer plano de renovação económica, de alterar grandemente essas características.» ⁽⁷³⁾

O desenvolvimento destes dois grandes sectores, agricultura e indústria, teria como condição *sine qua non* o aproveitamento múltiplo, e em simultâneo, das bacias hidrográficas dos principais rios portugueses, Tejo, Douro e secundariamente o Guadiana. Esse aproveitamento teria como base a construção de um sistema de barragens e de canais com os seguintes objectivos: o fornecimento de água para rega, em particular dos campos do Alentejo; a produção de energia eléctrica, fundamentalmente para permitir a instalação de novas indústrias; o melhoramento da rede fluvial de transportes internos; a regularização de caudais, que evitaria as periódicas cheias. Desse aproveitamento integrado resultaria ainda a rentabilização do investimento a realizar.

A parte industrial do programa é algo vaga, o que o próprio autor atribui à falta de um inquérito industrial actualizado; preconiza, no entanto, prioridade no aproveitamento do ferro de Moncorvo (que o aproveitamento do Douro tornaria rentável) e a montagem de uma empresa electro-siderúrgica. Tal prioridade não é claramente fundamentada, não há uma estratégia industrial clara, sugerindo, no entanto, que a razão está no facto de esta ser uma indústria fundamental cujos *inputs* seriam na maioria obtidos internamente ⁽⁷⁴⁾.

Quanto à agricultura, o programa preconiza um melhor aproveitamento das potencialidades do País através, fundamentalmente, do alargamento da rega

mediante a utilização das águas subterrâneas e dos rios e da alteração da estrutura da propriedade da terra. No Norte o «actual regime agrário indica logo a necessidade do emparceiramento» e no Sul «a muito grande propriedade terá de ser dividida», mas desde logo adverte: «Qualquer plano que tenda a modificar as actuais condições agrícolas só pode ser iniciado e executado se houver a aquiescência voluntária de, pelo menos, grande parte da população e, sobretudo, dos detentores da propriedade.» ⁽⁷⁵⁾

3.3.3.2. Para solucionar o problema decorrente da potencial desproporção entre uma produção crescente e o mercado que a há-de absorver, Araújo Correia propõe como via essencial o alargamento do mercado interno. É por isso que anteriormente insistira na necessidade de o *arranque* industrial e agrícola ocorrer em simultâneo: «Os mercados assumem, na vida económica, um papel de primeira grandeza [...]

Os índices de consumo interno em quase todos os seus aspectos indicam a miséria da vida social do País. Há entre nós uma capacidade latente de consumo [...] à espera que a inteligência, o saber e a energia dos nossos dirigentes políticos e económicos encontrem os meios de a utilizar em proveito comum. No que toca ao mercado metropolitano, é possível alargar consideravelmente o consumo [...] simplesmente, ninguém deve ignorar que sem progresso considerável nas condições de vida na agricultura nacional não pode haver apreciável desenvolvimento das possibilidades do mercado interno.» ⁽⁷⁶⁾

Uma mais equitativa repartição dos rendimentos gerados na produção será, por razões de eficácia económica, uma das outras medidas propostas «de modo a melhorar os consumos» ⁽⁷⁷⁾ e a alargar o mercado interno.

Relativamente aos mercados externos antevê que desempenharão apenas um papel acessório na absorção da produção nacional, e isto porque entende que com os níveis de produtividade das actividades produtivas nacionais será difícil concorrer com êxito nos mercados exteriores. A esse respeito escreverá: «Alguém julgará que com a actual organização [...] seja possível estruturar um desenvolvimento industrial interno adequado em condições de poder manter-se sem grande auxílio do consumo interno?» ⁽⁷⁸⁾ Nem mesmo aos mercados coloniais parece atribuir grande relevância, pois o papel que reserva às colónias é antes o de receberem os excessos populacionais da metrópole, aliviar a situação cambial e fornecer a Portugal as matérias-primas antes obtidas em países exteriores à zona do escudo ⁽⁷⁹⁾.

⁽⁷⁵⁾ *Ob. cit.*, pp. 63 e 195.

⁽⁷⁶⁾ *Diário das Sessões*, n.º 121, de 17 de Janeiro de 1944, p. 151.

⁽⁷⁷⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1956*, Lisboa, 1958, p. xiv.

⁽⁷⁸⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1951*, Lisboa, 1953, p. 301.

⁽⁷⁹⁾ Veja-se, a este respeito, entre muitas centenas de páginas que escreveu sobre a economia das colónias portuguesas, a síntese do seu programa, na parte relativa a esta matéria, na p. XLII dos *Estudos* ...

⁽⁷¹⁾ *Ensaio* ..., p. 101.

⁽⁷²⁾ Trata-se do já citado volume *Estudos de Economia Aplicada*.

⁽⁷³⁾ *Estudos* ..., p. 87.

⁽⁷⁴⁾ *Ob. cit.*, pp. 153-160.

3.3.3.3. É ainda importante na estratégia proposta a adopção da *planificação* enquanto instrumento estatal de direcção do processo de crescimento da economia. O plano constitui-se em meio de dirigir a marcha da economia pelo menos num duplo sentido. Por um lado, é definido como um referencial ideológico, na medida em que, ao sugerir que há objectivos a atingir, que há uma vontade determinada, desempenha um papel social integrador — «exactamente como é possível aglutinar em volta do Orçamento do Estado as aspirações da vida colectiva de um país, também dentro de anos há-de ser possível aglutinar em volta de um plano de conjunto, livremente consentido, as aspirações económicas da colectividade e os meios de as realizar»⁽⁸⁰⁾, esclarecerá. Por outro lado, desempenha uma função mais imediatamente técnico-económica no sentido em que é o instrumento de coordenação de decisões económicas fundamentais relativas à intervenção do Estado na esfera da economia. O plano seria o instrumento a garantir a compatibilidade dos diversos investimentos públicos a realizar, visando, pois, uma maior eficiência e reprodutividade desses mesmos investimentos, além de que seria um instrumento de clarificação das relações entre a economia pública e a privada.

O lançamento da planificação envolveria assim a criação de um organismo de coordenação económica central responsável pelo levantamento dos recursos económicos do País, pela elaboração dos diversos projectos, sua selecção e hierarquização com base num critério fundamental de reprodutividade económica e finalmente responsável pela sua execução.

É partindo deste ponto de vista, e por considerar que os investimentos previstos nos planos de fomento não atendiam a estes critérios, que Araújo Correia criticará vivamente as práticas oficiais nesta matéria⁽⁸¹⁾.

Na sua concepção os planos deveriam ocupar-se essencialmente das infra-estruturas a promover pelo Estado, designadamente das obras necessárias ao aproveitamento múltiplo dos rios, e é dominado por uma clara intenção de evitar a descoordenação nas decisões da Administração Pública. Há aqui uma concepção *administrativista* da planificação, mais que económica, e por essa razão afasta-se da concepção contemporânea de *plano de desenvolvimento*.

É assim importante notar que no programa de Araújo Correia não há consideração precisa do respectivo prazo de vigência, sugerindo-se apenas que este deverá aproximar-se dos 15 a 20 anos, não há definição precisa do total de investimentos a realizar nem dos seus efeitos sobre o rendimento nacional e não mesmo escalonamento rigoroso no tempo das tarefas a realizar, apesar de fundamentalmente destinado ao sector público, pois «não parece realizável [...] a elaboração ponderada de um plano nacional integral»⁽⁸²⁾, esclarecendo que planeamento integral significa que «implica tarefas

económicas concretas, a executar em cada ano, dentro de períodos fixos de cinco anos, ou mais — os planos quinquenais, os planos decenais e outros.

Neste caso as actividades têm de obrigatoriamente executar as tarefas que os planificadores especificam dentro de espaços de tempo definidos»⁽⁸³⁾.

O tipo de planeamento proposto contempla antes a definição genérica de objectivos a atingir e dos meios de os alcançar, e pela sua imprecisão assume um carácter indicativo, ou parcial (por oposição a integral), segundo a expressão do seu próprio autor.

Aspectos adjacentes ao programa económico

4. A concepção desenvolvimentista que vimos analisando envolve a consideração de aspectos que, sendo formalmente exteriores ao programa económico, com ele mantêm uma relação necessária e imediata porque ou constituem o seu fundamento ou são condições necessárias da sua realização. São eles:

- a *teoria económica* em que busca fundamento;
- as *condições sociais* adequadas à sua execução;
- as *condições políticas* necessárias à sua realização.

4.1. Araújo Correia não dispõe, como já antes assinalámos, de uma formação académica de economista, não revelará grande interesse pela discussão de temas económicos num plano teórico e abstracto e chegará mesmo a sugerir a irrelevância de questões basilares das diversas construções teórico-económicas, como é o caso da teoria do valor⁽⁸⁴⁾. As suas preocupações situam-se antes num terreno mais concreto, mais imediatamente relacionado com a realidade económica portuguesa.

Deve-se, no entanto, notar que a formulação programática de que é autor, porque tem no centro das suas preocupações precisamente, como já se viu, os aspectos económicos, envolve o manusear de categorias económicas, necessariamente colhidas nos paradigmas em que a teoria se estrutura. Desse modo, o apelo à teoria económica, ou ao que como tal se apresenta, vai cumprir uma dupla função: fornecer um corpo categorial que em parte permite a estruturação do programa e no mesmo passo conceder-lhe uma «garantia»

⁽⁸³⁾ *Elementos* ..., p. 227.

⁽⁸⁴⁾ Nas lições proferidas na Associação Comercial do Porto encontram-se algumas das raras referências a estes aspectos, mas elas são, no entanto, esclarecedoras. Assim, pode ver-se aí: «Do conceito de produção resulta outro conceito também muito discutido, o conceito de valor — mas não entraremos nele, por não ser de índole a interessar [...]», ou então: «Sem querer entrar no âmago do problema suscitado por laboriosas discussões relativas à unidade de medida do esforço humano e dos bens e serviços inerentes à remuneração das actividades económicas, de modo a evitar a teoria do valor nos seus diversos e complicados aspectos», in *Elementos* ..., pp. 38 e 218.

⁽⁸⁰⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1944*, Lisboa, 1946, p. 9.

⁽⁸¹⁾ V., em especial, *Elementos* ..., p. 225, e *Diário das Sessões*, n.º 107, de 7 de Dezembro de 1967, pp. 2008-2009.

⁽⁸²⁾ *Elementos* ..., p. 226.

formal de cientificidade, como, aliás, Araújo Correia não deixará de assinalar: «A coordenação de todas as bacias hidrográficas nos seus diversos aspectos seria o plano de aproveitamento dos recursos hidráulicos do País inteiro.

Só assim se poderiam defender à luz da moderna ciência económica [...] os interesses vitais da Nação.»⁽⁸⁵⁾

4.1.1. Dessa ciência económica retirará a noção de *factor produtivo*, que, «naturalmente» e de acordo com a concepção dominante, explica serem «os recursos físicos existentes na natureza, o esforço físico e mental do homem e os instrumentos inventados pelo homem»⁽⁸⁶⁾, e retirará a noção de produtividade, reprodutividade ou eficiência, expressões que indistintamente identifica com a relação entre o «dispêndio de meios monetários» e os «rendimentos produzidos».

Esta noção é central, pois é a partir dela que se define a aplicação racional dos capitais disponíveis, recurso escasso e por isso potencialmente bloqueador do crescimento. Assim, dir-nos-á que «se não se escolherem aquelas empresas que com idêntico dispêndio de meios monetários produzam maiores rendimentos, haverá desgaste de capitais e o produto será mais caro — haverá menor produtividade económica [...]

Portugal, neste aspecto, está em posição difícil. As duas características dominantes da economia portuguesa são, por um lado, a modéstia de capitais disponíveis — de capitais que possam ser aplicados em empreendimentos reprodutivos —, e, por outro lado, a grandeza da obra a realizar [...]

Enquanto não for bem compreendida a ideia de que a obra mais económica [...] deve ser preferida a qualquer outra, enquanto o técnico ou o homem influente na vida do Estado não compreender que é indispensável poupar capitais e encaminhá-los de preferência, entre as obras a executar, para aquelas que produzem maior rendimento, há-de ser difícil, senão impossível, elevar apreciavelmente o nível de vida da Nação»⁽⁸⁷⁾.

4.1.2. Nos anos 50 e em resultado da expansão das ideias keynesianas renovará o seu léxico, mais que as suas ideias. Neste novo sistema conceitual buscará essencialmente apoio para a sua opção desenvolvimentista, quanto mais não fosse porque a óptica macroeconómica em que assenta se revelava mais adequada a pensar os problemas do crescimento.

Ocupar-se-á assim da teoria da determinação do rendimento e das correlativas noções de *circuito económico*, *investimento* e *poupança*, *multiplicador* do investimento⁽⁸⁸⁾. No entanto, essa sua captação das novas ideias económicas revelar-se-á bastante frágil e formal. Não se trata só, nem

principalmente, da incorrecta compreensão e exposição desse sistema conceitual, visível nomeadamente quando expõe a natureza da igualdade por definição estabelecida entre investimento e poupança ou quando procura explicar a natureza da deflação e inflação (fenómenos para os quais irá manter uma explicação de tipo monetário)⁽⁸⁹⁾, mas trata-se sobretudo da incapacidade de pensar a situação da economia portuguesa à luz desta então nova (ao menos em Portugal) concepção teórica. O mais que resultará será o aparecimento episódico de expressões como «segundo prática corrente nas relações internacionais, os futuros concessionários hão-de naturalmente insistir pelo emprego de materiais — ferro, aço e outros — fabricados no país ou países donde provêm os financiamentos.

Assim, a própria influência do *multiplicador* será reduzida. Os lucros dos fornecimentos de materiais não ficarão em território nacional»⁽⁹⁰⁾.

Nas indicações que fornece acerca da orientação global da política económica que preconiza poderão ainda notar-se algumas reformulações, eventualmente radicadas no contacto com a literatura keynesiana, designadamente quando substitui o ponto de vista de que «a posição do País reclama cada vez mais uma política económica que leve ao aumento do rendimento nacional e imediatamente mais a uma diminuição dos consumos»⁽⁹¹⁾ por outro que consiste em admitir que «enquanto não for melhorado o poder de compra de forma contínua e permanente não crescerá na medida desejada o rendimento nacional»⁽⁹²⁾.

Quanto ao mais verificar-se-á que a influência das ideias keynesianas é, como se disse, fraca, tanto mais que considerará implicitamente irrelevante toda a problemática da intervenção anticíclica, pois afirma expressamente que a economia portuguesa não está sujeita a movimentos cíclicos, ao menos endogenamente gerados⁽⁹³⁾.

Desta renovação a que vimos aludindo resultará ainda o acréscimo da noção de *coeficiente capital-produto*, a que recorre em demonstração da actualidade e correcção dos seus pontos de vista: «Se os investimentos forem usados em obras de fraca reprodutividade ou em circunstâncias que a permitam, a evolução da relação capital-produto será lenta e os índices do nível de vida não poderão atingir grandeza indispensável [...]

(89) Notem-se, a título de exemplo, as afirmações: «[...] o que o público não gasta em consumo dirige-se para a poupança. E esta, por sua vez, reentra no circuito económico pelo investimento» (p. 49), ou «[...] a causa principal da inflação e da deflação reside numa modificação no quantitativo em dinheiro disponível para gastar nos produtos à venda» (p. 62).

Sobre esta matéria poderá, aliás, consultar-se a recensão crítica aos *Elementos* ..., publicada pelo economista keynesiano N. Fidelino Figueiredo na *Revista de Economia*, vol. vii, fasc. i, pp. 46-52, ainda em 1954.

(90) *Diário das Sessões*, n.º 54, de 22 de Outubro de 1958, p. 1109.

(91) *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1947*, Lisboa, 1949, p. 122.

(92) *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1954*, Lisboa, 1956, p. 8.

(93) V. *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1949*, Lisboa, 1951, p. 7.

(85) *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1950*, Lisboa, 1952, pp. 232-233.

(86) *Elementos* ..., pp. 26-27.

(87) *Estudos* ..., pp. 200-201.

(88) *Elementos* ..., pp. 25-63.

Desde há muitos anos, através dos pareceres das contas e em livros, que sustento esta doutrina.»⁽⁹⁴⁾

4.1.3. Debruçar-se-á ainda, e episodicamente, sobre a economia de Marx e, como era de prever num autor com o seu posicionamento político e social, para refutar a teoria da mais-valia, a partir de supostos fundamentos empíricos. Assim, escreve: «Pretender [...] que o progresso técnico da indústria e da agricultura traria, como consequência, a exploração do proletariado em regime capitalista é negar a própria evidência dos factos. Com efeito, a produção económica em larga escala só é possível com baixos preços de custo e, consequentemente, elevada capacidade de consumo, porque de outro modo os artigos manufacturados, produzidos em proporções cada vez maiores, não poderiam ser consumidos. A própria essência da nova ordem capitalista cairia pela base, perante a insuficiência do consumo, se houvesse exploração do proletariado por meio de salários baixos.

Assim, o princípio fundamental de Marx [...] não pode ser aceite nem corresponde às realidades modernas.»⁽⁹⁵⁾

No mesmo sentido (a refutação de interpretações de fenómenos económicos filiáveis nas concepções derivadas de Marx) interpretamos o seu ponto de vista quando, a propósito da crise de 1929 e da sequente depressão, alude, aliás implícita e incorrectamente, à lei de Say: «A crise que agora assola o mundo [...] não resultou directamente de superprodução, como se tem dito, porque, quando do seu início [...] as existências de mercadorias não eram ainda em excesso das necessidades sempre crescentes do consumo da humanidade — que derivam do gradual aumento da população e do constante progresso das suas condições de vida social.»⁽⁹⁶⁾

4.2. É característico do tipo de análise praticada por Araújo Correia o não penetrar nos aspectos essenciais, interiores, das estruturas económicas do capitalismo português (e suas leis de movimento histórico) e, bem assim, o esquecimento das relações sociais que se fundam e se escondem por trás das categorias e relações de carácter económico.

Deste alinhamento fundamental com a *economia vulgar* resulta, na formulação do programa desenvolvimentista, o quase completo ignorar dos diversos grupos e interesses sociais, designadamente da identificação de os que poderão constituir a base social de apoio do processo de desenvolvimento preconizado, bem como dos que no passado se lhe têm oposto. Só avulsamente, e de modo por vezes contraditório, aborda esses problemas.

Em qualquer caso, uma dupla questão se impõe:

- quem é beneficiado e a quem interessa este desenvolvimento?
- que grupo social dirige esse processo?

⁽⁹⁴⁾ *Diário das Sessões*, n.º 54, de 22 de Outubro de 1958, p. 1101.

⁽⁹⁵⁾ *Directrizes* ..., pp. 15-16.

⁽⁹⁶⁾ *A Crise nos Seus Aspectos Económico e Social*, Lisboa, 1932, p. 7.

4.2.1. Em relação ao primeiro aspecto, Araújo Correia considera que a sua ideologia do desenvolvimento não é justificação dos interesses das classes dominantes ou dominadas; ela é antes expressão dos interesses gerais e históricos de toda a nação, e mais, «a doutrina defendida é a única que convém, nas condições actuais, ao interesse geral»⁽⁹⁷⁾. Assim, além de previsível, «a cooperação positiva e desinteressada de todas as classes é indispensável»⁽⁹⁸⁾. Não deixará, no entanto, em outros momentos de admitir que o processo de desenvolvimento encontrará algumas resistências no plano social, por ferir interesses estabelecidos, com os quais não há que temporizar — «estará sempre certa uma política que tenda à melhoria dos instrumentos de produção e que se oriente no sentido de aproveitar o máximo dos recursos materiais, ainda que seja preciso, para esse fim, destruir ou neutralizar interesses criados»⁽⁹⁹⁾, escreve. Esses interesses, nunca claramente identificados, serão, no entanto, pontualmente referidos como os da «plutocracia ambiciosa e malfazeja, que, de vez em quando, tenta exercer acção corrosiva sobre os destinos da comunidade»⁽¹⁰⁰⁾, ou como os do «capitalismo agrário»⁽¹⁰¹⁾.

4.2.2. Relativamente ao segundo aspecto, o da identificação do grupo social a quem cabe activar e dirigir todo o processo de desenvolvimento, verificar-se-á da parte de Araújo Correia alguma flutuação. Apelará «à geração que agora entra na vida, a quem incumbe o dever indeclinável de continuar os sacrifícios da obra redentora encetada»⁽¹⁰²⁾, e posteriormente substituirá essa noção sociológica algo vaga e imprecisa pela ideia de que tal missão compete a uma *élite* técnica e burocrática constituída no essencial pelo conjunto dos altos funcionários do aparelho administrativo do Estado, pela razão essencial de que é esse corpo que detém a competência técnica para o fazer. Isso justifica, aliás, que a sua acção ideológica se lhes dirija preferencialmente — «foi também ambição dos pareceres das contas despertar nos serviços oficiais estudo sistemático daqueles recursos potenciais [...]»⁽¹⁰³⁾.

Na sua concepção (poder-lhe-emos chamar noebismarckiana?), o progresso resulta, assim, da aplicação de um saber técnico por uma *élite*, em que a massa, seu contraponto, tem um papel essencialmente passivo, limitando-se a segui-la ordeiramente e a esperar pelos eventuais benefícios que o desenvolvimento lhe traga. Este desenvolvimento, expressamente o afirma, deverá processar-se no quadro de uma sociedade classista e hierarquizada, naturalmente a capitalista, pois as «fantasias demolidoras de um nivelamento de classes arrancam das aptidões humanas o vigor da iniciativa»⁽¹⁰⁴⁾.

⁽⁹⁷⁾ *Estudos* ..., p. xxxvi.

⁽⁹⁸⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1968*, Lisboa, 1970, p. vii.

⁽⁹⁹⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1949*, Lisboa, 1951, p. 176.

⁽¹⁰⁰⁾ *Directrizes* ..., p. 17.

⁽¹⁰¹⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1955*, Lisboa, 1957, p. 11.

⁽¹⁰²⁾ *A Crise* ..., p. 31.

⁽¹⁰³⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1950*, Lisboa, 1952, p. 8.

⁽¹⁰⁴⁾ *Estudos* ..., p. xxix.

4.3. Não há, na obra de Araújo Correia, uma teoria do Estado desenvolvida e sistematizada. No entanto, a definição das condições de realização do seu programa desenvolvimentista vão conduzi-lo à formulação de certas indicações relativas à natureza e forma de organização do Estado (necessariamente capitalista).

A primeira dessas indicações consiste na permanente e radical recusa da democracia parlamentar, que considera ineficiente, pois «as democracias tão defendidas no século passado provaram a sua ineficácia, geraram incoerências — de toda a ordem —, a ditadura dos partidos, a emaranhada subdivisão da opinião pública [...] Anarquizou-se o mundo, e dessa tremenda anarquia resultaram misérias sociais que se materializaram no desemprego de milhões de indivíduos e no aviltamento de úteis actividades»⁽¹⁰⁵⁾, além de que esse tipo de democracia é estranho à psicologia e à tradição histórica da Nação portuguesa, logo, não legítima.

Araújo Correia revelar-se-á antes favorável a formas de Estado autoritárias — «o interesse público exige um Estado forte»⁽¹⁰⁶⁾, pois é esse que, segundo a sua ideologia, estará em condições de se libertar dos interesses parcelares, de se constituir em Estado supraclassista, apenas subordinado ao interesse colectivo de revelar eficiência no estabelecimento de uma disciplina económica na vida da Nação, além de que disporia da legitimidade conferida pela história, isto é, pelas «correntes ideológicas que guiaram a nacionalidade desde as épocas primevas — a autoridade dos chefes [...]»⁽¹⁰⁷⁾. Não há neste ponto de vista propriamente uma recusa do reconhecimento da existência de classes sociais, mas há recusa da possibilidade de estas se exprimirem organicamente no interior do aparelho de Estado, pelo menos do que se queira eficiente e de acordo com a tradição nacional.

Considera ainda, relativamente ao modo de organização do aparelho de Estado e invocando a experiência contemporânea, que às assembleias compete uma função essencialmente fiscalizadora, porque «uma assembleia constituída por espíritos de variada cultura e educação, na maior parte desconhecedores do intrincado complexo das leis económicas e sociais que guiam os homens, quer eles queiram quer não, não está naturalmente indicada para presidir à elaboração das leis e regulamentos que hão-de estabelecer a ordem moral e material das sociedades contemporâneas»⁽¹⁰⁸⁾.

Esta desvalorização da função legislativa das assembleias tem como contrapartida a valorização, sempre devida a razões de eficiência técnico-económica, do papel dos órgãos executivos, «quem possui de facto, quase soberanamente, a função legislativa», e pode mesmo «acrescentar-se que quem na verdade estabelece os princípios administrativos normais em quase todos

os aspectos da vida do moderno Estado são os especialistas que constituem a burocracia»⁽¹⁰⁹⁾.

Outra das indicações que percorrem os seus textos é a de que o Estado deve comportar de modo crescentemente intervencionista no âmbito económico, não só através da criação de estradas, portos, caminhos de ferro e outras infra-estruturas, mas intervindo directamente no campo da produção⁽¹¹⁰⁾. Tal intervenção não visa substituir a iniciativa privada na generalidade dos sectores da economia, porque esta deverá manter-se sem a concorrência do Estado no seu campo de competência própria, isto é, «à iniciativa privada compete explorar, em seu próprio proveito e em proveito da comunidade, os muitos recursos susceptíveis de aproveitamento rendoso»⁽¹¹¹⁾.

Estas indicações mais pragmáticas revelam como sob a justificação de assegurar o processo de desenvolvimento global (assim está inscrito no discurso ideológico) se trata, antes do mais, de garantir as condições de manutenção da taxa de lucro e da acumulação capitalista em geral. Do mesmo modo se vê como estes objectivos a prosseguir pelo Estado intervencionista se revelam contraditórios como supraclassismo deste, conforme a afirmação produzida num plano abstracto.

É de notar que o intervencionismo preconizado não se confunde com a experiência corporativa, relativamente à qual o nosso autor nunca se revelará entusiasmado. Nunca aborda o corporativismo no plano doutrinário, nunca globalmente o aprova ou condena, mas as referências que lhe dirige são muitas vezes críticas, designadamente quanto à aptidão deste sistema para se constituir em instrumento primeiro da intervenção económica estatal, pelo que nota que «a organização corporativa, construída peça a peça no meio de convulsões políticas de um mundo desavindo e desconfiado não [deu] o rendimento por que todos ansiavam. Não era bom o seu funcionamento já em 1939»⁽¹¹²⁾.

Em qualquer dos casos, como se vê, a natureza e o modelo de Estado que deseja para Portugal, e para a aplicação do programa desenvolvimentista, não se afasta decisivamente do historicamente concretizado enquanto Estado Novo, do qual é, aliás, participante, e que assim legítima, não obstante as críticas pontuais que lhe dirige.

Algumas conclusões

5. Tomada no seu conjunto, e numa óptica de larga generalidade, a obra de Araújo Correia revela algumas características que interessará sublinhar.

⁽¹⁰⁹⁾ *Ob. cit.*, p. 8.

⁽¹¹⁰⁾ V. discurso proferido na Assembleia Nacional e reproduzido no *Diário das Sessões*, n.º 82, de 1 de Março de 1940, em especial p. 352.

⁽¹¹¹⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1952*, Lisboa, 1954, pp. 7-8.

⁽¹¹²⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1941*, Lisboa, 1943, p. 198.

⁽¹⁰⁵⁾ *A Grã-Bretanha na Paz e na Guerra*, Lisboa, 1936, pp. 30-31.

⁽¹⁰⁶⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1939*, Lisboa, 1941, p. 6.

⁽¹⁰⁷⁾ *Realidades e Aspirações de Portugal Contemporâneo*, Rio de Janeiro, 1938, p. 89.

⁽¹⁰⁸⁾ *Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado de 1942*, Lisboa, 1944, p. 7.

5.1. Em primeiro lugar diremos que se filia na tradição de um pensamento desenvolvimentista que desde os alvares do capitalismo português, em diversos momentos, sob diversas formas concretas, e naturalmente em manifestação de diferentes interesses, tem revelado uma consciência do *atraso económico* da sociedade portuguesa relativamente àquelas outras que, embora mais avançadas, revelam grandes afinidades no plano geográfico e histórico-social.

É característico deste tipo de pensamento o partir de diagnósticos incorrectos ou superficiais das causas do atraso que se pretende superar para concluir por um ineficaz ou ineficiente conjunto de medidas. Isto significa que a consciência do atraso não é acompanhada por uma consciência dos mecanismos objectivos, interiores, essenciais, que no plano interno como internacional comandam a dinâmica da evolução das estruturas capitalistas vigentes.

Se numa época mais recuada, pelo menos até à segunda metade do século XIX, tal situação pode ser parcialmente explicada pela inexistência de um instrumental científico adequado para pensar a evolução das sociedades numa óptica de longo prazo, nas formulações desenvolvimentistas mais recentes tal explicação revela-se inconsistente. O que não permite a manifestação de uma consciência do atraso cientificamente fundada, e permite a manifestação de uma consciência alienada que apela para causas explicativas dessa evolução exteriores à própria dialéctica social, é primordialmente a posição e os compromissos classistas dos ideólogos desenvolvimentistas com os agrupamentos sociais dominantes do seu tempo, que, naturalmente, se sentiriam ameaçados nos seus poderes uma vez reveladas as bases, designadamente as económicas, em que esses mesmos poderes assentam. O desenvolvimentismo é uma manifestação de ideólogos mais esclarecidos da classe dominante em cada fase da evolução da sociedade capitalista portuguesa e tem o significado objectivo de indicar as medidas necessárias ao alargamento e solidificação das bases desses poderes classistas.

É isto que explica o facto aparentemente paradoxal de o ideário desenvolvimentista combinar a exigência de progresso económico com a exigência de manutenção de formas políticas e sociais conservadoras, ou, em qualquer caso, não revolucionárias. Este é o caso de Araújo Correia, como é o de Ferreira Dias ou Ezequiel de Campos, como, no século XIX, havia sido o de Acúrsio das Neves, ou mesmo, mais atrás ainda, o de Duarte Ribeiro de Macedo.

5.2. Para além dos aspectos citados, constitutivos de uma matriz comum do ideário desenvolvimentista, outros há que no plano histórico concreto individualizam a obra de Araújo Correia.

Entre esses aspectos destaque-se o de se constituir no plano da ideologia, e mesmo no da política, uma virtual alternativa programática para o capitalismo monopolista de Estado em Portugal. Jamais questionará o «direito» à existência e à perpetuação dos grupos monopolistas de base industrial e financeira que entre nós se formaram e prosperaram nesta época histórica.

O seu ponto de vista nesta matéria, e, afinal, a sua divergência essencial, consistia em admitir que a vida destes grupos no interior de uma *estufa económica*, que entre nós se chamou essencialmente «condicionamento industrial», e a correlativa não reforma das estruturas agrárias, conduziria fatalmente a economia portuguesa à ineficiência, ao proteccionismo exterior, à limitação das possibilidades de progresso das forças produtivas, e, no limite, ao ameaçar das condições do próprio desenvolvimento capitalista ⁽¹¹³⁾.

Como se sabe, na alternativa, aliás problemática, entre uma política conducente ao rápido crescimento económico, aos riscos e incertezas da concorrência e à possibilidade de conservar uma relativa margem de autonomia, de beneficiar dos seguros e chorudos lucros, rendas e de estabilidade adequada à normal marcha da acumulação, o capitalismo português optou pela segunda via.

Daqui resultou que Araújo Correia permanecerá praticamente isolado na sua ineficiente pregação, falhando a tentativa de influir numa hipotética reforma da ideologia e da política económicas do Estado Novo, em particular na conjuntura crucial do imediato segundo após-guerra deste século, que coincide, como já antes dissemos, com o culminar da sua intervenção pública e com o período de maior instabilidade na vida do regime até ao 25 de Abril. É certo que ao longo das mais de duas décadas que se seguem a 1945 ocorrerão algumas significativas alterações no conjunto de aspectos que aqui consideramos, mas essas alterações nada, ou quase nada, terão a ver com este economista.

⁽¹¹³⁾ A este respeito é elucidativo, entre outros momentos da sua obra, toda a intervenção que profere na Assembleia Nacional aquando da discussão da Lei de Reorganização e Fomento Industrial. V. *Diário das Sessões*, n.º 121, de 17 de Janeiro de 1945, pp. 150-155.

RESUMO:

J. D. Araújo Correia é um economista português do século xx continuador de uma tradição desenvolvimentista que em diversas épocas da história do capitalismo português tem revelado consciência do seu atraso.

Embora titular de cargo de relativa importância no aparelho poli' tico do Estado Novo, estruturou nessa época uma concepção económica parcialmente contraditória com os pontos de vista dominantes.

Através do persistente combate ao mito do *Portugal país pobre e essencialmente agrícola* e da demonstração da existência de recursos naturais importantes, procurou definir uma estratégia de crescimento económico mais rápido que teria na planificação um instrumento privilegiado e no aproveitamento integrado das bacias hidrográficas do Tejo e Douro a recomendação mais imediata,

O sentido da sua obra é a de um criador de ideologia desenvolvimentista para o capitalismo monopolista de Estado, no que não foi no entanto seguido pelas classes dominantes.

ABSTRACT:

J. D. Araújo Correia is a xxth century Portuguese economist which continues the developmentist tradition that, in several historical periods of Portuguese capitalism, has revealed to understand its backwardness.

Although occupying a position of certain importance in the political apparatus of the «Estado Novo» he structured at the time an economic conception which, in some ways, was contrary in relation to the dominant points of view.

Waging war persistently with the myth that Portugal was essentially a poor agricultural country and demonstrating the existence of important natural resources, he tried to define a strategy for a more rapid economic growth, that would find in planification a pre-vilege instrument as well as in the integrated use of the hydrographie beds of the rivers Tejo and Douro.

The sense of his work is that of a creator of the developmentist ideology for State Monopolistic Capitalism, although he found no followers in the rulling classes.